



# TCE SP

Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**SIMULADO ESPECIAL**

# TCE SP

Auditor De Controle Externo  
Direito - Pós-Edital

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-SP**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/jr59ZckURXk19jPH8>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4w0B8tV>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

Leia o texto para responder às questões de 1 a 5.

**Objetos que circulam**

Em várias cidades, serviços conhecidos como “bibliotecas de coisas” permitem que moradores levem para casa furadeiras, barracas, máquinas de costura e utensílios de cozinha por alguns dias. A lógica se aproxima da biblioteca convencional: em vez de comprar um objeto de uso esporádico, o usuário o retira, utiliza e devolve.

Para participar, geralmente é necessário realizar um cadastro e pagar uma pequena contribuição anual. Cada objeto recebe uma identificação, e os empréstimos são registrados em um sistema digital. Quando os itens retornam, funcionários verificam seu estado e providenciam eventuais reparos antes de disponibilizá-los novamente.

Uma avaliação de três projetos desse tipo constatou que os usuários economizaram recursos e reduziram a quantidade de objetos pouco utilizados em suas casas. Os resultados também indicaram, porém, que o êxito da iniciativa depende da variedade do acervo e da manutenção frequente dos equipamentos. Sem esses cuidados, o serviço perde a confiança dos participantes.

Apesar dos benefícios, a expansão das bibliotecas de coisas enfrenta dificuldades. O custo de conservação de determinados aparelhos é elevado, e alguns usuários não devolvem os itens no prazo. Ainda assim, novas unidades vêm sendo criadas, principalmente em bairros nos quais associações comunitárias participam da administração.

1. De acordo com as informações textuais, a utilização da expressão “bibliotecas de coisas” decorre

- a) da necessidade de os usuários consultarem manuais antes de retirarem os equipamentos.
- b) do fato de os objetos serem disponibilizados exclusivamente em bibliotecas públicas.

- c) da intenção de preservar utensílios antigos como parte da memória das comunidades.
- d) da semelhança entre o empréstimo temporário de objetos e o empréstimo convencional de livros.
- e) da restrição do acervo a objetos relacionados à leitura, à escrita e às atividades culturais.

2. As informações do 3º parágrafo têm a função de

- a) apresentar a formação dos responsáveis pela criação das bibliotecas de coisas.
- b) expor resultados que confirmam benefícios da iniciativa, sem ignorar condições necessárias ao seu funcionamento.
- c) contestar a ideia de que o compartilhamento de objetos possa reduzir o consumo das famílias.
- d) comprovar que todos os participantes deixaram de comprar objetos de uso esporádico.
- e) explicar as circunstâncias históricas em que surgiram os primeiros serviços dessa natureza.

3. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- a) A economia obtida pelos usuários e a redução de objetos ociosos foi observada nos projetos avaliados.
- b) Existe, nos serviços analisados, regras específicas para a retirada e a devolução dos equipamentos.
- c) Mais de um usuário relataram dificuldades para encontrar no acervo os objetos de que precisavam.
- d) A manutenção dos equipamentos e o controle dos empréstimos permanece sob a responsabilidade dos funcionários.
- e) Os objetos devolvidos passam por inspeção, e eventuais avarias são reparadas antes de novo empréstimo.

4. Devido \_\_\_\_\_ expansão do serviço, novas unidades passaram \_\_\_\_\_ atender outros bairros, oferecendo acesso \_\_\_\_\_ ferramentas de uso eventual e reduzindo a necessidade de recorrer \_\_\_\_\_ compra de novos produtos.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) à ... a ... às ... à
- b) a ... à ... as ... a
- c) à ... à ... às ... a
- d) a ... a ... as ... à
- e) à ... a ... as ... a

5. Considere as passagens:

- **Em várias cidades**, serviços conhecidos como “bibliotecas de coisas” permitem o empréstimo de objetos.
- O acervo pode reunir **furadeiras, barracas, máquinas de costura e utensílios de cozinha**.
- Helena Prado, **coordenadora de uma das unidades**, afirma que a manutenção é indispensável.

As vírgulas são empregadas nas três passagens com a função de separar, correta e respectivamente:

- a) vocativo; expressão corretiva; orações subordinadas.
- b) expressão adverbial; expressão exemplificativa; termo de valor restritivo.
- c) expressão adverbial; elementos de uma enumeração; aposto explicativo.
- d) expressão explicativa; elementos de uma enumeração; oração adjetiva restritiva.
- e) expressão adverbial; orações coordenadas; vocativo.

## RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

*Eduardo Mocellin*

6. Considere a seguinte afirmação:

Se a obra é vistoriada ou o contrato é aditado, então o processo é autuado e o conselheiro é notificado.

Uma afirmação que corresponde à negação lógica dessa afirmação é:

- a) Se a obra não é vistoriada e o contrato não é aditado, então o processo não é autuado ou o conselheiro não é notificado.
- b) A obra não é vistoriada e o contrato não é aditado, e o processo não é autuado e o conselheiro não é notificado.
- c) A obra é vistoriada ou o contrato é aditado, e o processo não é autuado ou o conselheiro não é notificado.
- d) Se o processo não é autuado ou o conselheiro não é notificado, então a obra não é vistoriada e o contrato não é aditado.
- e) Se a obra é vistoriada ou o contrato é aditado, então o processo não é autuado ou o conselheiro não é notificado.

7. Otávio, Paula, Renato e Sônia são agentes de fiscalização e têm 34, 39, 45 e 48 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada um deles fiscaliza um único setor, sendo eles educação, saúde, transporte e saneamento, e atua em um município paulista distinto, sendo eles Bauru, Sorocaba, Ribeirão Preto e São José dos Campos, não necessariamente nas ordens apresentadas. Sabe-se que quem tem a maior idade fiscaliza o setor de saúde e não atua em Bauru e, tampouco, em Sorocaba; Paula é mais nova que Renato, atua em Bauru e não fiscaliza o setor de saneamento; o mais novo do grupo atua em Sorocaba e fiscaliza o setor de transporte; Sônia é mais velha que Paula e que Renato. Assinale a alternativa que apresenta uma associação correta entre essas pessoas, suas idades, os setores que fiscalizam ou os municípios em que atuam.

- a) Otávio tem 39 anos.
- b) Renato fiscaliza o setor de saneamento.
- c) Sônia atua em Bauru.
- d) Paula tem 45 anos.
- e) Renato atua em Sorocaba.

8. Considere verdadeiras as afirmações a seguir.

I. Todos os fiscais da equipe de vistoria são engenheiros.

II. Há engenheiro que também é perito.

A partir dessas afirmações, assinale a alternativa correta.

- a) Os peritos que não são engenheiros são fiscais da equipe de vistoria.
- b) Qualquer engenheiro é fiscal da equipe de vistoria.
- c) É possível que haja fiscal da equipe de vistoria que não seja engenheiro.
- d) Algum fiscal da equipe de vistoria é perito.
- e) Os fiscais da equipe de vistoria que são peritos são engenheiros.

9. Considere a sequência (12, 19, 16, 23, 20, 27, 24, 31, 28, 35, ...), em que os termos se sucedem mantendo um mesmo padrão lógico. A soma do 21º, do 22º e do 23º termo dessa sequência é igual a

- a) 167.
- b) 166.
- c) 170.
- d) 174.
- e) 178.

10. Considere verdadeiras as afirmações a seguir.

I. Se o processo é sobrestado, então a instrução é suspensa.

II. Se o relator pede vista, então o processo não é sobrestado.

III. Se o processo não é sobrestado, então o acórdão é publicado.

IV. O acórdão não é publicado.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que:

- a) O processo não é sobrestado e o relator pede vista.
- b) A instrução é suspensa e o relator pede vista.
- c) O relator pede vista ou o processo não é sobrestado.
- d) A instrução não é suspensa ou o relator não pede vista.
- e) A instrução é suspensa e o acórdão é publicado.

**ÉTICA PÚBLICA***Fabiano Pereira*

**11.** Considerando as disposições do Código de Ética e Decoro dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa **correta**.

- a) O interesse público, a preservação e a defesa do patrimônio público constituem recomendações de conduta, mas não estão expressamente previstos como princípios aplicáveis ao exercício do cargo ou da função.
- b) O servidor deve evitar assumir posição de intransigência perante a chefia ou os colegas de trabalho, ficando, em razão disso, impedido de representar contra atos irregulares praticados no ambiente funcional.
- c) A prudência no exercício da liberdade de expressão somente é exigida quando o servidor se identifica expressamente como integrante do TCESP em sua conta ou perfil pessoal.
- d) A utilização dos sistemas e dos canais de comunicação do TCESP para a propagação ou divulgação de conteúdos ilegais, imorais ou contrários aos princípios do Código é considerada conduta incompatível do servidor.
- e) A atribuição de tarefas excessivas ou inviáveis somente poderá caracterizar assédio moral quando for acompanhada do isolamento do servidor no ambiente de trabalho

**12.** Com fundamento no Código de Ética da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto Estadual nº 69.328/2025, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Código tem por objetivo auxiliar os agentes públicos na adoção de comportamentos íntegros apenas no âmbito público, não alcançando atividades particulares que possam afetar a imagem institucional.
- b) A otimização dos recursos disponíveis, a preservação e a defesa do patrimônio público e a proteção socioambiental integram os princípios e valores fundamentais a serem observados no exercício da função pública.
- c) No regime de teletrabalho, o agente público deve atender mensagens, ligações e solicitações relacionadas às suas competências mesmo fora do horário de expediente.
- d) O agente público somente deverá informar à autoridade competente a existência de conflito de interesses depois que a incompatibilidade entre os interesses públicos e privados estiver definitivamente comprovada.
- e) O uso das mídias digitais não exige cautela quanto à imagem ou à credibilidade do órgão público, desde que a publicação realizada pelo agente não contenha material ilegal

**13.** À luz das disposições da Lei nº 12.813/2013, que disciplina o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, assinale a alternativa **correta**.

- a) O conflito de interesses somente estará configurado quando o confronto entre interesses públicos e privados provocar dano efetivo ao interesse coletivo ou influenciar comprovadamente o desempenho da função pública.
- b) Configura conflito de interesses praticar ato em benefício de pessoa jurídica da qual participe parente consanguíneo ou afim do agente público, em linha reta ou colateral, limitado o alcance da norma ao segundo grau de parentesco.
- c) Durante os seis meses posteriores ao desligamento do cargo ou emprego público, é absolutamente proibida a prestação de serviços a pessoa com quem o ex-agente tenha mantido relacionamento relevante, não sendo admitida autorização de qualquer autoridade.
- d) Compete à Comissão de Ética Pública e à Controladoria-Geral da União, conforme o caso, dispor, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a comunicação de alterações patrimoniais relevantes, do exercício de atividade privada e do recebimento de propostas de trabalho, contrato ou negócio no setor privado.
- e) As unidades de recursos humanos que identificarem situação de potencial conflito de interesses deverão comunicá-la exclusivamente ao servidor, sendo dispensada a informação à Controladoria-Geral da União

mesmo ano, sem qualquer autorização da Comissão de Ética Pública ou da controladoria competente, aceitou cargo de administrador em sociedade empresária cuja atividade está diretamente relacionada à área de competência do órgão em que anteriormente atuava. Instaurada apuração a respeito, à luz da Lei nº 12.813/2013, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta é lícita, pois, transcorridos mais de 90 (noventa) dias da data da exoneração, cessa toda e qualquer restrição legal ao exercício de atividade privada pelo ex-agente público, ainda que relacionada à área de atuação anterior.
- b) A conduta configura conflito de interesses após o exercício do cargo, na medida em que o impedimento de aceitar cargo de administrador em pessoa jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo anteriormente ocupado perdura por 6 (seis) meses, contados da exoneração, salvo autorização expressa, conforme o caso, da Comissão de Ética Pública ou da Controladoria-Geral da União, sendo prescindível a demonstração de efetivo prejuízo ao patrimônio público ou de vantagem auferida pelo agente.
- c) A conduta somente configuraria conflito de interesses se restasse comprovado prejuízo efetivo ao patrimônio público, uma vez que a lei condiciona a caracterização do conflito de interesses à existência de lesão ao erário.
- d) A conduta é atípica, pois o regime de impedimentos posteriores ao exercício do cargo previsto na Lei nº 12.813/2013 aplica-se exclusivamente aos ocupantes de cargo de Ministro de Estado, não alcançando os ocupantes de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.
- e) A dispensa do período de impedimento, ainda que verificada a irrelevância do conflito de interesses, é ato de competência exclusiva da unidade de recursos humanos do órgão de origem do agente público, não cabendo à Comissão de Ética Pública ou à Controladoria-Geral da União qualquer manifestação sobre o tema.

## LEGISLAÇÃO E INTEGRIDADE

*Herbert Almeida*

**14.** Um servidor que ocupava cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, nível 6, no âmbito do Poder Executivo federal, exonerou-se de suas funções em 10 de janeiro. Em 15 de maio do

**15.** No curso de processo de tomada de contas em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apurou-se que o gestor responsável, embora tenha incorrido em impropriedade de natureza formal na execução da despesa, não deu causa a qualquer dano ao erário. À luz da Lei Complementar Estadual nº 709/93, assinale a alternativa correta quanto ao julgamento das referidas contas:

- a) Por não ter havido dano ao erário, as contas deverão ser consideradas iliquidáveis, com o consequente trancamento do processo e arquivamento, nos termos da lei.
- b) As contas deverão necessariamente ser julgadas irregulares, uma vez que qualquer impropriedade de natureza formal verificada na execução da despesa pública, ainda que não resulte dano ao erário, enquadra-se automaticamente nas hipóteses de irregularidade previstas em lei.
- c) As contas deverão ser julgadas regulares, com quitação plena ao responsável, já que a existência de impropriedade formal isolada, sem dano ao erário, é irrelevante para fins de classificação do mérito das contas.
- d) As contas deverão ser julgadas regulares com ressalva, hipótese em que o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
- e) O Tribunal de Contas deverá necessariamente aplicar ao responsável a multa prevista na Lei Orgânica do Tribunal, tendo em vista que a ocorrência de qualquer impropriedade formal enseja, de forma automática, a sanção pecuniária.

**16.** Ao apurar a conduta de determinado gestor público municipal, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo constatou reiterado descumprimento, por parte do responsável, de diligências determinadas pelo Conselheiro Relator, sem causa justificada. Por maioria absoluta de seus membros, o Tribunal considerou grave a infração cometida. Considerando o regime sancionatório previsto na Lei Complementar Estadual nº 709/93, assinale a alternativa correta:

- a) Sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis por autoridades competentes, o responsável ficará inabilitado, por período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública.
- b) O responsável ficará sujeito exclusivamente à multa de até cem por cento do valor atualizado do dano causado ao erário, sanção cabível sempre que se constate reincidência do gestor no descumprimento de determinações do Tribunal.
- c) O Tribunal Pleno poderá declarar o responsável inidôneo para contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, sanção cabível em qualquer hipótese de infração considerada grave pela maioria absoluta de seus membros.
- d) A aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança exige deliberação unânime dos Conselheiros do Tribunal Pleno, não sendo suficiente a maioria absoluta de seus membros.
- e) O Tribunal deverá necessariamente aplicar, de forma cumulada e automática, a multa de até duas mil vezes o valor da UFESP e a indisponibilidade dos bens do responsável, pelo prazo de até um ano.

**17.** Um servidor recém-empossado no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao estudar a estrutura organizacional do órgão e o ato normativo que disciplina a prestação de contas e a fiscalização dos jurisdicionados, formulou algumas anotações. Assinale a alternativa que indica uma anotação correta realizada pelo servidor:

- a) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo organiza-se, atualmente, em Tribunal Pleno e em Câmaras (Primeira e Segunda), sendo os Conselheiros Substitutos-Auditores responsáveis por substituir os Conselheiros titulares em suas ausências, impedimentos, férias e demais afastamentos legais.
- b) Compõe a estrutura do Tribunal de Contas, ao lado do Tribunal Pleno e das Câmaras, um Órgão Especial, integrado pelo Corpo de Auditores do Tribunal, ao qual compete o julgamento de matérias de menor complexidade.
- c) Funciona junto ao Tribunal o Ministério Público de Contas, mas a Procuradoria da Fazenda do Estado não tem atuação funcional junto ao TCE, já que constitui órgão específico no âmbito do Poder Executivo.
- d) A Secretaria-Diretoria Geral é um órgão de Administração Superior do Tribunal.
- e) No conceito de Julgador Singular estão compreendidos os Conselheiros, excluindo-se os Conselheiros Substitutos-Auditores não convocados.

**18.** No curso de fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União em contrato administrativo celebrado por autarquia federal, foi constatada grave ilegalidade na execução do ajuste. Assinado prazo para a regularização, o órgão jurisdicionado permaneceu inerte. Diante dessa situação, à luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal de Contas da União poderá, tal como ocorre em relação aos demais atos administrativos, sustar diretamente a execução do contrato impugnado, comunicando a decisão ao órgão ou entidade interessada.
- b) Tratando-se de contrato, a sustação do ato impugnado compete privativamente ao Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis; caso o Congresso Nacional ou o Poder Executivo não efetivem tais medidas no prazo de 90 (noventa) dias, o próprio Tribunal de Contas da União decidirá a respeito.
- c) Compete ao Tribunal de Contas da União anular diretamente o contrato administrativo viciado, sem necessidade de comunicação prévia ao Congresso Nacional ou ao Poder Executivo.
- d) Compete ao Tribunal de Contas da União examinar previamente a validade dos contratos administrativos celebrados pelo Poder Público, como condição de eficácia do ajuste.
- e) Tratando-se de contrato celebrado por autarquia federal, a competência do Tribunal de Contas da União restringe-se à apreciação, mediante parecer prévio, das contas anuais prestadas pelo dirigente da autarquia, não alcançando a fiscalização de atos e contratos isolados.

**19.** A respeito da natureza jurídico-constitucional dos Tribunais de Contas e do controle externo exercido pelas Câmaras Municipais, à luz do texto constitucional vigente, assinale a alternativa correta:

- a) É facultado aos Estados, mediante lei complementar estadual, criar novos Tribunais ou Conselhos de Contas Municipais, desde que respeitada a iniciativa do respectivo Tribunal de Contas do Estado.
- b) Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício da função jurisdicional do Estado, sendo vedada a sua criação ou extinção.
- c) A vedação constitucional à extinção de Tribunal de Contas aplica-se exclusivamente aos Tribunais de Contas dos Estados, não alcançando os Tribunais de Contas dos Municípios já existentes, os quais permanecem sujeitos à livre disposição do constituinte estadual.
- d) Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo, sendo vedada a extinção dos existentes, bem como a criação ou instalação de novos.
- e) O controle externo da Câmara Municipal será exercido, em qualquer hipótese, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ainda que exista, na respectiva localidade, Conselho ou Tribunal de Contas do Município.

**20.** Um funcionário público estadual foi acusado de adquirir materiais em desacordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, causando prejuízo aos cofres públicos, e foi demitido com fundamento nesse mesmo fato, à vista de suposta prática de crime contra a Administração Pública. Posteriormente, sobreveio decisão criminal transitada em julgado que negou a existência da autoria do fato imputado ao funcionário. Considerando o regime de deveres, proibições e responsabilidades estabelecido pela Lei nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta:

- a) A pena de demissão por ineficiência no serviço poderá ser aplicada independentemente da verificação da possibilidade de readaptação do funcionário a outras atribuições compatíveis com sua condição.
- b) O pagamento da indenização pelos danos causados afastaria a penalidade disciplinar do servidor.
- c) A responsabilização do funcionário pelo prejuízo causado à Fazenda Estadual pressupõe a comprovação de dolo, sendo incompatível com a legislação a responsabilização baseada em mera culpa.
- d) O desconto da importância devida a título de indenização poderá incidir sobre o vencimento ou remuneração do funcionário, sem limitação de percentual, quando não for o caso de reposição em parcela única.
- e) Comprovado o trânsito em julgado da decisão que negou a existência da autoria do fato que deu origem à demissão, o funcionário deverá ser reintegrado ao cargo que ocupava, com todos os direitos e vantagens devidos.

## COMPONENTE ESPECÍFICO

### DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

- 21.** Durante fiscalização, o Tribunal de Contas apurou que determinado administrador causou prejuízo ao erário. Nessa situação, a Constituição Federal autoriza o Tribunal de Contas a
- a) executar diretamente o patrimônio do responsável para ressarcir o dano causado.
  - b) julgar definitivamente as contas anuais do chefe do Poder Executivo.
  - c) imputar débito, com eficácia de título executivo.
  - d) sustar diretamente contrato administrativo considerado ilegal, comunicando posteriormente ao Legislativo.
  - e) aplicar pena de prisão ao administrador que deixar de apresentar os documentos solicitados.

**22.** Uma Câmara de Tribunal de Justiça afastou a aplicação de lei estadual por considerá-la incompatível com a Constituição Federal. Não havia pronunciamento anterior do Plenário do STF nem do próprio Tribunal. A decisão

- a) violou a cláusula de reserva de plenário.
- b) é válida, porque foi proferida em controle difuso.
- c) seria válida se adotada por unanimidade pela Câmara.
- d) deveria converter a apelação em ação direta de inconstitucionalidade.
- e) dependeria do plenário apenas se envolvesse uma lei federal.

**23.** O Tribunal de Contas estadual não emitiu, dentro do prazo constitucional, parecer prévio sobre as contas anuais do governador. Nessa situação, a Assembleia Legislativa

- a) deve aguardar o parecer, por ser ele vinculante.
- b) deve considerar as contas automaticamente rejeitadas.
- c) pode determinar que o próprio Tribunal de Contas julgue as contas.
- d) pode julgar as contas, apesar da omissão.
- e) deve solicitar autorização judicial para realizar o julgamento sem o parecer técnico.

**24.** Quanto às relações entre os critérios de classificação das Constituições, assinale a alternativa correta.

- a) Toda Constituição escrita é formal, pois integra documento solene elaborado pelo poder constituinte.
- b) A Constituição dogmática, embora necessariamente escrita, pode ser material ou formal.
- c) A Constituição histórica pode ser formal, desde que suas normas estejam registradas em leis esparsas.
- d) A presença de cláusulas pétreas é suficiente para que uma Constituição seja classificada como rígida.

e) O caráter analítico decorre do número elevado de artigos, independentemente dos assuntos disciplinados.

**25.** Marina ocupa cargo estadual de professora e foi aprovada para o cargo efetivo de auditora de controle externo, sem regime de exclusividade. Os horários são compatíveis. Cada remuneração respeita isoladamente o teto constitucional, mas a soma o ultrapassa. Nessa situação,

- a) a acumulação é proibida, porque o cargo de auditor não integra as exceções constitucionais.
- b) a acumulação depende de o cargo de auditor ser considerado técnico ou científico.
- c) a acumulação é permitida, mas apenas uma das remunerações poderá ser recebida integralmente.
- d) a acumulação é lícita, porém o teto incide sobre a soma das remunerações.
- e) a acumulação é lícita, e o teto incide sobre cada vínculo.

**26.** Sobre as normas constitucionais de eficácia limitada, assinale a alternativa correta.

- a) Não revogam a legislação anterior incompatível enquanto permanecerem sem regulamentação infraconstitucional.
- b) Dependem de integração legislativa para plena aplicação, mas possuem eficácia jurídica desde a entrada em vigor.
- c) Possuem aplicabilidade direta e imediata, embora possam sofrer restrição legislativa posterior.
- d) Transformam-se em normas de eficácia plena após a edição da legislação necessária à sua regulamentação.
- e) Quando programáticas, asseguram sempre o direito subjetivo à prestação estatal nelas prevista.

**27.** Sobre o controle abstrato de constitucionalidade no âmbito estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Os Tribunais de Justiça somente podem examinar leis estaduais, pois as leis municipais se submetem exclusivamente ao controle difuso ou à ADPF perante o STF.
- b) A Constituição Federal pode ser utilizada como parâmetro em qualquer representação estadual, ainda que a norma invocada não seja de reprodução obrigatória.
- c) Os Tribunais de Justiça podem usar normas constitucionais federais de reprodução obrigatória como parâmetro.
- d) O controle depende da reprodução expressa da norma federal no texto da Constituição estadual, ainda que se trate de regra obrigatória para os Estados.
- e) A decisão do Tribunal de Justiça é irrecorrível quando o parâmetro é federal, pois o recurso extraordinário somente cabe no controle difuso.

**28.** O CNJ instaurou processo disciplinar contra juiz estadual antes de qualquer apuração pelo Tribunal de Justiça. O magistrado alegou que a atuação do Conselho seria apenas subsidiária. Nesse caso, a instauração é

- a) válida, pois a competência disciplinar do CNJ é originária e concorrente.
- b) inválida, porque pressupõe omissão injustificada do tribunal de origem.
- c) válida apenas se previamente autorizada pelo Tribunal de Justiça competente.
- d) inválida, pois o CNJ exerce controle financeiro e administrativo, mas não disciplinar.
- e) válida somente se houver processo local concluído há menos de um ano.

**29.** Caio, brasileiro nato, adquiriu voluntariamente outra nacionalidade em 2026, sem formular pedido de perda da nacionalidade brasileira. Nessa situação, Caio

- a) perdeu a nacionalidade brasileira, pois a naturalização estrangeira foi voluntária.
- b) conservará a nacionalidade somente se demonstrar que a lei estrangeira lhe impôs a naturalização.
- c) conserva a nacionalidade brasileira.
- d) deverá escolher uma das nacionalidades no prazo de dois anos, contado da naturalização.
- e) perderá a nacionalidade após ato administrativo do Ministério da Justiça, independentemente de requerimento.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Antônio Daud*

**30.** Considerando a legislação aplicável aos atos de improbidade administrativa e a correspondente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), marque a afirmativa correta.

- a) As punições da Lei de Improbidade são aplicáveis aos agentes públicos, sejam celetistas, estatutários ou eletivos, apenas.
- b) Após o decurso do prazo de oito anos, não haverá qualquer pretensão do poder público quanto à prática de ato de improbidade causador de dano ao erário.
- c) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica por atos de improbidade na hipótese de fusão ou de cisão societária.
- d) O Ministério Público possui competência para ajuizar a ação judicial por improbidade em caráter de exclusividade.
- e) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Juízo competente, para as providências necessárias.

**31.** Assinale a alternativa correta.

- a) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida, única e exclusivamente, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) Assim como ocorre na nomeação de dirigentes de autarquias, não cabe ao Poder Legislativo aprovar previamente o nome dos dirigentes das estatais como condição para que o chefe do Executivo possa nomeá-los.
- c) As fundações públicas de direito público, ao contrário das de direito privado, devem, como regra, realizar licitação para efetuar suas contratações.
- d) Os bens das fundações públicas de direito público possuem natureza de bens públicos.
- e) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação e nos demais atos de gestão econômica promovidos por sociedade de economia mista.

**32.** Assinale a alternativa que apresenta, de acordo com a Lei 9.637/1998, característica da Organização Social:

- a) ser parte da Administração Pública, em sentidos objetivo e subjetivo.
- b) tratar-se de entidade privada, com atuação de natureza econômica e não lucrativa.
- c) proibição de aceitação de novos associados, no caso de associação civil.
- d) comprovação de funcionamento há pelo menos 3 anos.
- e) participação obrigatória de representante do poder público no Conselho de Administração da entidade.

**33.** No curso da execução de contrato administrativo de obra pública, regido pela Lei nº 14.133/2021, a Administração determinou, unilateralmente, acréscimo quantitativo correspondente a 30% do valor inicial atualizado do contrato, tendo o

contratado se recusado a aceitá-lo. Nessa situação, é correto afirmar que a recusa do contratado é:

- a) legítima, pois, em obras, o contratado somente é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- b) ilegítima, pois, em obras, o limite dos acréscimos unilaterais é de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- c) ilegítima, pois os acréscimos unilaterais determinados pela Administração não se sujeitam a limites quantitativos.
- d) legítima, pois toda alteração contratual depende de prévio acordo entre as partes.
- e) legítima, pois o limite de 50% previsto em lei aplica-se exclusivamente às supressões.

**34.** Determinado estado brasileiro pretende contratar o fornecimento de aplicativo informatizado inovador para a gestão da segurança pública. Após estudos técnicos preliminares, a Administração constatou que não possui capacidade técnica para definir a solução tecnológica mais adequada, existindo no mercado diferentes metodologias proprietárias. Diante da necessidade de definir a solução com o mercado antes de selecionar a proposta, a modalidade de licitação aplicável é o:

- a) Pregão, visto que softwares são considerados bens comuns cuja especificação é usual no mercado.
- b) Concurso, por se tratar da escolha de trabalho técnico ou científico para o desenvolvimento de tecnologia inovadora.
- c) Leilão, visando à alienação de licença de uso de software inservível para a Administração Municipal.
- d) Credenciamento, visto que o mercado de tecnologia caracteriza-se como fluido.
- e) Diálogo Competitivo, focado na solução de problemas ligados à definição do que contratar quando a Administração não sabe a melhor forma de atender suas necessidades.

**35.** Determinado estado, por motivo de interesse público devidamente justificado, pretende retomar, durante o prazo da concessão, serviço público delegado a concessionária que vem executando regularmente o contrato. Nos termos da Lei nº 8.987/1995, a retomada pretendida:

- a) configura encampação e exige lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.
- b) configura caducidade e depende de processo administrativo, assegurada ampla defesa à concessionária.
- c) configura intervenção, a ser formalizada por decreto que designará o interventor e fixará o prazo da medida.
- d) é vedada antes do advento do termo contratual, ainda que presente o interesse público.
- e) configura encampação e depende de indenização, por se tratar de exercício de prerrogativa pública, a qual pode ser paga em momento posterior, de acordo com a disponibilidade orçamentária do poder concedente.

**36.** Considerando as regras aplicáveis aos procedimentos auxiliares previstos na Lei 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado para a contratação de obras e serviços de engenharia.
- b) A pré-qualificação é procedimento destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto, ficará permanentemente aberta para a inscrição de interessados e poderá ser realizada em grupos ou segmentos.
- c) A utilização do credenciamento é cabível para o comércio eletrônico, caso em que a Administração visa a contratar bens e serviços comuns padronizados ofertados no Sistema de Compras Expressas.
- d) O credenciamento é o procedimento no qual a Administração solicita à iniciativa privada a realização de estudos, investigações,

levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública.

- e) No credenciamento, não é permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

**37.** Assinale a alternativa que indica ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública (artigo 11 da Lei 8429/1992):

- a) frustrar a licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva.
- b) concorrer para que um amigo se enriqueça ilicitamente.
- c) realizar operação financeira sem observância das normas regulamentares aplicáveis.
- d) realizar obra pública sem cumprir requisitos de acessibilidade previstos na legislação, em violação material ao princípio da isonomia.
- e) promover inequívoco enaltecimento do agente público por meio de campanhas publicitárias dos órgãos públicos.

**38.** No tocante à extinção dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) a revogação alcança os atos discricionários, por razões de conveniência e oportunidade, e produz efeitos *ex nunc*, respeitados os direitos adquiridos.
- b) a anulação do ato ilegal produz efeitos *ex nunc*, preservando-se todos os efeitos produzidos até a sua decretação.
- c) os atos vinculados podem ser revogados pela Administração, desde que demonstrado o interesse público superveniente.
- d) diferentemente da revogação, a anulação do ato administrativo é ato privativo do Poder Judiciário, no exercício do controle externo da Administração.
- e) em respeito ao devido processo legal, a anulação de ato administrativo de efeitos patrimoniais contínuos pela própria Administração depende de prévia autorização judicial.

**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fernando Maurício*

**39.** Um Estado realizou obra pública de canalização e urbanização de determinada região, da qual resultou valorização dos imóveis situados no entorno. Pretendendo recuperar parte dos gastos realizados, o ente estadual estuda instituir contribuição de melhoria.

À luz do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A contribuição de melhoria somente pode ser instituída pela União, por se destinar ao financiamento de obras públicas de grande porte.
- b) A contribuição de melhoria pode ser instituída em razão de obra pública da qual decorra valorização imobiliária.
- c) A cobrança poderá ultrapassar o custo total da obra, desde que nenhum proprietário pague quantia superior à valorização de seu imóvel.
- d) O fato gerador da contribuição de melhoria é a mera realização de qualquer obra pública, independentemente de valorização dos imóveis.
- e) Apenas os Municípios e o Distrito Federal possuem competência para instituir contribuição de melhoria em razão de obras urbanas.

**40.** A União pretende instituir nova contribuição destinada ao financiamento da seguridade social, além daquelas expressamente discriminadas na Constituição Federal.

Assinale a alternativa que apresenta uma característica **incompatível** com o exercício dessa competência residual:

- a) A nova contribuição deverá ser instituída por lei complementar.
- b) A contribuição poderá adotar regime cumulativo de tributação.
- c) A contribuição deverá observar a não cumulatividade.

d) A nova exação não poderá utilizar fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na Constituição.

e) A competência para sua instituição pertence exclusivamente à União.

**41.** Em março de determinado ano, foi publicada uma lei tributária interpretando determinadas previsões dúbias utilizadas em legislação anterior, sem criar nova hipótese de incidência nem ampliar o alcance material do tributo.

De acordo com o Código Tributário Nacional, essa nova lei:

- a) somente poderá ser aplicada aos fatos geradores ocorridos após sua publicação.
- b) poderá ser aplicada a fatos anteriores, por ser expressamente interpretativa, desde que não resulte na aplicação de penalidade ao contribuinte.
- c) poderá retroagir apenas se reduzir a alíquota ou a base de cálculo do tributo.
- d) não poderá alcançar fatos anteriores, ainda que não tenha criado nova obrigação tributária.
- e) poderá retroagir mesmo que, sob o pretexto de interpretar a norma anterior, crie nova hipótese de incidência tributária.

42. Uma sociedade empresária deixou de informar determinada operação tributável e, antes de qualquer procedimento fiscal relacionado à infração, retificou suas declarações e recolheu integralmente o tributo devido, acrescido dos juros de mora.

Com base no art. 138 do CTN e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A denúncia espontânea exclui apenas as multas punitivas, permanecendo obrigatória a multa moratória.
- b) O benefício também seria reconhecido se a empresa apenas solicitasse o parcelamento do débito.
- c) A denúncia espontânea afastaria as multas e os juros de mora.
- d) Caso o tributo tivesse sido regularmente declarado no prazo, mas pago posteriormente, o benefício seria aplicável.
- e) A regularização poderá caracterizar denúncia espontânea, pois ocorreu antes de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados à infração e foi acompanhada do pagamento do tributo e dos juros.

43. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca das obrigações tributárias principal e acessória, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A obrigação tributária principal nasce com a ocorrência do respectivo fato gerador, possui natureza pecuniária e extingue-se com o crédito tributário dela resultante.
- b) A obrigação acessória pode ter por objeto o recolhimento de juros de mora e de penalidades pecuniárias, enquanto a obrigação principal se restringe ao pagamento do tributo.
- c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e consiste em prestações de fazer ou de não fazer estabelecidas no interesse da arrecadação ou da fiscalização tributária.

d) O fato gerador da obrigação principal corresponde à situação que a lei define como necessária e suficiente para o nascimento dessa obrigação.

e) O fato gerador da obrigação acessória é a situação que, conforme a legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não constitua obrigação principal.

44. Conforme o art. 111 do Código Tributário Nacional, deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre determinadas matérias.

Assinale a alternativa que **não** apresenta uma dessas matérias:

- a) Concessão de moratória.
- b) Concessão de anistia.
- c) Dispensa do cumprimento de obrigação tributária acessória.
- d) Concessão de parcelamento.
- e) Concessão de remissão.

45. Considerando as regras introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, analise as assertivas:

- I. Nas operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias ou fundações públicas, inclusive nas importações, o produto da arrecadação do IBS e da CBS será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante os ajustes de alíquotas previstos constitucionalmente.
- II. A imunidade religiosa alcança os templos de qualquer culto, mas não se estende às organizações assistenciais e beneficentes vinculadas às entidades religiosas.
- III. O Imposto Seletivo poderá possuir fato gerador e base de cálculo coincidentes com os de outros tributos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

46. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Comitê Gestor do IBS:

- I. editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;
- II. arrecadar o IBS, efetuar compensações e distribuir o produto da arrecadação entre os entes federativos titulares da receita;
- III. decidir o contencioso administrativo relativo ao imposto.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

47. A Constituição determina que o IBS e a CBS observem as mesmas regras em relação a diversas matérias.

Assinale a alternativa que indica aspecto que **não integra** o rol constitucional de regras necessariamente comuns aos dois tributos:

- a) Fatos geradores.
- b) Hipóteses de não incidência.
- c) Alíquotas aplicáveis.
- d) Sujeitos passivos.
- e) Regras de não cumulatividade e creditamento.

## DIREITO PENAL

*Renan Araujo*

48. João, Diretor de Departamento de uma autarquia estadual, tinha a posse de valores em espécie recebidos em razão de suas atribuições funcionais. Sem autorização de qualquer espécie, João utilizou parte desses valores para quitar dívidas pessoais, com a intenção de devolvê-los assim que recebesse seu próximo salário, o que efetivamente fez 20 dias depois, antes de qualquer instauração de procedimento administrativo ou penal.

Sobre a conduta de João, à luz do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) Não houve crime, pois a efetiva devolução dos valores antes de qualquer apuração exclui a tipicidade do peculato.
- b) João praticou peculato-desvio, na modalidade dolosa, sendo irrelevante para a consumação do crime a posterior recomposição do numerário.
- c) João praticou peculato culposo, pois não tinha intenção de se apropriar definitivamente do numerário, mas apenas de utilizá-lo temporariamente, o que descaracteriza o dolo de apropriação.
- d) A conduta é atípica, pois o peculato pressupõe a apropriação de bem alheio à Administração, não se configurando quando o próprio agente público é o titular indireto dos valores em razão do cargo.
- e) João praticou peculato-furto (art. 312, §1º, do CP), pois se valeu da facilidade proporcionada pelo cargo para subtrair bem não estava sob sua posse direta.

**49.** Maria, servidora efetiva responsável pela guarda de bens apreendidos em procedimento fiscalizatório de um Tribunal de Contas estadual, deixou de observar a rotina de conferência periódica dos itens armazenados, permitindo que um terceiro, sem qualquer vínculo com a Administração, subtraísse equipamentos de informática do depósito sob sua responsabilidade. Após a instauração de sindicância, mas antes de proferida sentença penal condenatória irrecorrível, Maria ressarciu integralmente o valor dos bens subtraídos.

Com base no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A reparação do dano, por ter ocorrido após a instauração de procedimento administrativo, não produz qualquer efeito penal em favor de Maria, pois a extinção da punibilidade somente se aplica se o ressarcimento anteceder qualquer forma de apuração.
- b) Maria não pode responder por peculato culposos, pois esse crime somente se configura quando o próprio funcionário público, e não terceiro estranho à Administração, é quem se apropria do bem.
- c) Como a reparação do dano ocorreu antes da sentença penal irrecorrível, está extinta a punibilidade de Maria, nos termos do art. 312, §3º, do CP.
- d) A reparação do dano, por ter sido realizada após a sentença penal condenatória de primeiro grau, ainda que antes do trânsito em julgado, reduz a pena de Maria pela metade, não sendo cabível a extinção da punibilidade.
- e) A reparação do dano é penalmente irrelevante no peculato culposos, produzindo efeitos apenas na esfera cível e administrativa, não interferindo na pretensão punitiva estatal.

**50.** Um Auditor Fiscal, no exercício de suas funções de fiscalização tributária, solicitou vantagem indevida a um contribuinte para deixar de lavrar auto de infração relativo a irregularidades constatadas. O contribuinte, embora tenha inicialmente concordado, não chegou a efetivamente entregar a vantagem, pois o esquema foi descoberto por meio de investigação da Controladoria antes da entrega. Ainda assim, em razão da promessa aceita, o Auditor, de fato, deixou de lavrar o auto de infração a que estava obrigado.

Sobre a tipificação da conduta do Auditor, assinale a alternativa correta:

- a) O Auditor praticou corrupção passiva simples (art. 317, caput, do CP), sem majorantes
- b) A conduta é atípica, pois a ausência de efetiva percepção da vantagem indevida impede a consumação do crime de corrupção passiva
- c) O Auditor praticou concussão (art. 316 do CP), já que houve exigência de vantagem indevida no exercício da função fiscalizatória
- d) O Auditor praticou corrupção passiva privilegiada (art. 317, §2º, do CP), pois cedeu a pedido do contribuinte, sem que a infração ao dever funcional decorresse de vantagem patrimonial
- e) O Auditor praticou corrupção passiva majorada (art. 317, §1º, do CP), pois, em consequência da promessa de vantagem aceita, deixou de praticar ato de ofício a que estava funcionalmente obrigado.

**51.** Carlos, ex-assessor de um Conselheiro de Tribunal de Contas, sem exercer atualmente qualquer cargo público, procurou uma empresa em processo de fiscalização perante aquele Tribunal e solicitou o pagamento de R\$ 20.000,00, afirmando que utilizaria seus contatos e prestígio pessoal, adquiridos no período em que trabalhou no órgão, para "agilizar e influenciar favoravelmente" o julgamento do processo junto ao Conselheiro Relator, sem, contudo, insinuar que qualquer parte do valor seria destinada ao próprio Conselheiro ou a qualquer outro servidor do Tribunal. Frise-se que Carlos não tinha boa relação com seu ex-chefe, e não pretendia exercer qualquer influência efetiva junto a ele.

A respeito da conduta de Carlos, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta de Carlos não pode configurar tráfico de influência, pois esse crime pressupõe a qualidade de funcionário público do agente, condição que Carlos não ostenta atualmente.
- b) Carlos praticou tráfico de influência majorado (art. 332, parágrafo único, do CP), pois a mera menção a seu prestígio pessoal junto ao Conselheiro já configura insinuação de que a vantagem também é destinada ao funcionário.
- c) Carlos praticou corrupção passiva (art. 317 do CP), por equiparação, uma vez que exerceu cargo público no órgão fiscalizador e a conduta guarda relação com suas antigas atribuições.
- d) Carlos praticou crime de tráfico de influência na forma simples, pois solicitou vantagem a pretexto de influir em ato de funcionário público no exercício da função, sem insinuar que a vantagem também se destinaria ao funcionário.
- e) A conduta de Carlos é atípica, pois o tráfico de influência somente se configura quando o agente efetivamente influencia o servidor público, e não quando apenas alega poder fazê-lo.

**52.** Sobre o conceito de funcionário público para fins penais, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, apenas quem exerce cargo, emprego ou função pública de forma permanente e remunerada, excluindo-se os que atuam transitoriamente ou sem remuneração.
- b) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, mas não quem trabalha para empresa privada contratada para executar atividade típica da Administração Pública, ainda que mediante convênio.
- c) A majorante prevista no art. 327, §2º, do CP incide sobre os ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento em órgãos da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público, aumentando a pena em um terço.
- d) A majorante prevista no art. 327, §2º, do CP aplica-se indistintamente a qualquer funcionário público efetivo que pratique crime contra a Administração Pública, independentemente de ocupar cargo em comissão ou função de direção.
- e) A majorante prevista no art. 327, §2º do CP se aplica aos dirigentes de autarquias.

**53.** Um servidor de órgão de controle, responsável pela instrução de processo de fiscalização, deixou de encaminhar, no prazo regulamentar, representação contra empresa investigada por irregularidades em licitação, unicamente porque o sócio da empresa era seu amigo de longa data, sem que houvesse qualquer vantagem patrimonial envolvida.

Considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor praticou o crime de prevaricação, pois retardou, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, decorrente de relação de amizade
- b) O servidor praticou corrupção passiva privilegiada, pois cedeu a pedido ou influência de outrem, retardando ato de ofício a que estava obrigado
- c) O servidor praticou o crime de corrupção passiva majorada
- d) A conduta é atípica, pois o retardamento de ato de ofício por razões de foro íntimo não encontra correspondência em nenhum tipo penal do Código Penal.
- e) O servidor praticou corrupção passiva simples, pois a amizade configura vantagem indevida de natureza não patrimonial, suficiente para configurar a elementar "vantagem indevida" prevista no tipo penal.

**54.** O Prefeito de determinado Município, no penúltimo mês do último ano de seu mandato, autorizou a assunção de obrigação decorrente de contrato de prestação de serviços continuados, cujas despesas não poderiam ser integralmente pagas no mesmo exercício financeiro. Ao final do exercício, restou parcela substancial a ser paga no exercício seguinte, sem que houvesse suficiente disponibilidade de caixa para tanto.

Considerando as disposições do Código Penal acerca do crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura (art. 359-C do CP), assinale a alternativa correta:

- a) A conduta do prefeito, nesse caso, configura o crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura, pois a obrigação foi assumida nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, e a parcela remanescente para o exercício seguinte não possui contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- b) O crime não se configura, pois o art. 359-C do CP exige que a obrigação seja assumida no último mês do último ano do mandato.
- c) O crime somente se configuraria caso a obrigação assumida fosse relativa a despesas de capital, não abrangendo despesas correntes, como as decorrentes de contratos de prestação de serviços continuados.
- d) A conduta configura mero ilícito administrativo
- e) O crime exige, para sua consumação, que o sucessor no cargo formalmente reconheça a impossibilidade de pagamento da obrigação assumida

**55.** O Secretário de Fazenda de um Estado, ao final do exercício financeiro, autorizou a inscrição em restos a pagar de determinada despesa referente a serviços já prestados, mas em relação à qual não havia sido emitida a respectiva nota de empenho, tampouco existia disponibilidade orçamentária que permitisse o empenho tardio.

Em relação à conduta do Secretário, é correto afirmar que configura:

- a) Crime de prevaricação
- b) Crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar
- c) Fato atípico, pois o Código Penal não pune a inscrição irregular em restos a pagar, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal preveja sanções de natureza exclusivamente administrativa para essa conduta.
- d) Crime de não cancelamento de restos a pagar
- e) Crime praticado por funcionário público contra a administração em geral

56. O Governador de determinado Estado, sem prévia autorização da Assembleia Legislativa, ordenou a realização de operação de crédito externo junto a instituição financeira internacional, destinada ao financiamento de obras de infraestrutura. Em outra situação, no mesmo exercício, o mesmo Governador autorizou operação de crédito interno que, embora tivesse autorização legislativa genérica, excedeu o limite percentual estabelecido em Resolução do Senado Federal para esse tipo de operação.

Sobre as condutas narradas, à luz do art. 359-A do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a primeira conduta (operação de crédito externo sem prévia autorização legislativa) configura o crime do art. 359-A do CP
- b) Ambas as condutas configuram o crime do art. 359-A do CP, pois o tipo penal abrange tanto a realização de operação de crédito sem prévia autorização legislativa quanto a realização de operação de crédito com inobservância de limite estabelecido em lei ou resolução do Senado Federal
- c) Nenhuma das condutas configura crime
- d) Apenas a segunda conduta configura crime, pois o tipo penal do arr. 359-A do CP pune apenas a contratação de operação de crédito interno sem autorização legislativa
- e) As duas condutas configuram crime único, e não dois crimes autônomos, por terem sido praticadas no mesmo exercício financeiro e pelo mesmo agente.

**DIREITO CIVIL***Paulo Sousa*

57. Álvaro conferiu a Bruno poderes para administrar e alienar determinado imóvel. Bruno vendeu o bem a Carlos por preço muito inferior ao valor de mercado, com o objetivo de favorecer o adquirente em prejuízo de Álvaro. Ficou demonstrado que Carlos conhecia o conflito de interesses existente entre Bruno e o representado.

De acordo com o CC/2002, o negócio jurídico celebrado é

- a) nulo, pois o conflito de interesses configura objeto ilícito, não admitindo confirmação pelas partes.
- b) plenamente válido, pois o poder de alienar conferido ao representante afasta a análise de eventual conflito de interesses.
- c) anulável, desde que impugnado no prazo de cento e oitenta dias.
- d) ineficaz perante o representado, podendo o vício ser alegado a qualquer tempo e reconhecido de ofício.
- e) anulável no prazo de quatro anos, contado do momento em que o representado tomar conhecimento do prejuízo.

58. A respeito da decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A decadência estabelecida por convenção pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, desde que ainda não tenha sido proferida sentença.
- b) A renúncia à decadência fixada em lei é válida quando realizada depois de consumado o respectivo prazo.
- c) A decadência legal somente pode ser alegada pela parte beneficiada, em qualquer grau de jurisdição.
- d) O juiz deve conhecer de ofício a decadência estabelecida por lei.
- e) A decadência convencional pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, inclusive quando depender do reexame de fatos em recurso excepcional.

**59.** Marina e Otávio celebraram contrato preliminar de compra e venda de um imóvel, no qual constaram todos os elementos essenciais do negócio definitivo. O instrumento não continha cláusula de arrendamento e não foi registrado no cartório competente. Posteriormente, Otávio recusou-se a celebrar o contrato definitivo, alegando que o ajuste preliminar não produzia efeitos por falta de registro.

De acordo com o CC/2002, é correto afirmar que

- a) Marina pode exigir a celebração do contrato definitivo, apesar da ausência de registro.
- b) o contrato preliminar é nulo, pois a compra e venda de imóvel exige instrumento público.
- c) a falta de registro impede tanto a eficácia perante terceiros quanto a vinculação entre os contratantes.
- d) Otávio pode desistir do negócio mediante restituição dos valores recebidos, ainda que não haja cláusula de arrendamento.
- e) Marina somente poderá exigir indenização, pois a celebração do contrato definitivo constitui obrigação personalíssima.

**60.** A respeito das obrigações indivisíveis, assinale a alternativa correta.

- a) A indivisibilidade decorre exclusivamente da natureza material da prestação, não podendo resultar da vontade das partes.
- b) A remissão concedida a um dos devedores não extingue a dívida quanto aos demais, deduzida a quota do beneficiado.
- c) Havendo dois credores, cada um poderá receber sozinho a prestação, independentemente de prestar garantia de ratificação pelo outro.
- d) Convertida a prestação em perdas e danos por culpa de um dos devedores, apenas o culpado responderá pelo valor equivalente da obrigação.
- e) O pagamento realizado a um dos credores extingue integralmente a dívida, ainda que não haja ratificação dos demais nem recebimento conjunto.

**61.** Após prolongadas negociações para a locação de um imóvel comercial, o proprietário solicitou à sociedade interessada a elaboração de projeto arquitetônico específico, a obtenção de licenças e a contratação de equipamentos adaptados ao local. Embora tivesse reiteradamente afirmado que o contrato seria celebrado, o proprietário interrompeu as tratativas sem justificativa e alugou o imóvel a terceiro que ofereceu valor superior.

Considerando que as circunstâncias criaram legítima confiança na conclusão do negócio, é correto afirmar que o proprietário

- a) não responde pelos prejuízos, pois a liberdade contratual permite o rompimento imotivado das tratativas até a assinatura do contrato.
- b) responde pelo valor integral dos lucros que a sociedade obteria durante todo o prazo projetado para a locação.
- c) somente responde se houver contrato preliminar escrito e registrado no cartório competente.
- d) responde objetivamente por todos os prejuízos decorrentes da não celebração do contrato definitivo.
- e) pode responder pelas despesas realizadas em confiança na contratação.

**62.** A respeito da passagem forçada, assinale a alternativa correta.

- a) Pressupõe a aquisição da passagem por usucapião, ainda que o imóvel disponha de acesso suficiente à via pública.
- b) Possui natureza de servidão predial e depende de registro no Cartório de Registro de Imóveis para ser exercida.
- c) Pode ser exigida pelo proprietário de imóvel sem acesso à via pública, mediante indenização cabal.
- d) Deve recair necessariamente sobre o imóvel contíguo que apresente a menor extensão territorial.
- e) Extingue o direito à indenização quando o encravamento resultar da alienação parcial do imóvel.

63. Uma galeria entregou cinco esculturas a determinado comerciante para que ele as vendesse pelo preço previamente ajustado ou, no prazo de 60 dias, restituísse os bens. Antes do término do prazo, as obras foram destruídas por um incêndio imprevisível, sem culpa do comerciante.

De acordo com o CC/2002, o comerciante

- a) poderá exonerar-se mediante a prova de que o incêndio decorreu de caso fortuito.
- b) responderá apenas se a galeria demonstrar a ausência de medidas adequadas de segurança.
- c) deverá restituir obras equivalentes, pois a obrigação de devolver possui natureza fungível.
- d) deverá pagar o preço ajustado, ainda que a restituição tenha se tornado impossível sem sua culpa.
- e) dividirá o prejuízo com a galeria, porque o perecimento ocorreu antes da alienação das obras.

64. A respeito da simulação nos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio simulado é nulo, mas subsiste o dissimulado válido.
- b) A simulação produz anulabilidade, sujeita ao prazo decadencial de quatro anos.
- c) A nulidade decorrente da simulação somente pode ser alegada pelas partes que participaram do negócio.
- d) A declaração de nulidade do negócio simulado prejudica os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.
- e) A simulação somente se caracteriza quando houver declaração de vontade destinada a transmitir direitos a pessoa diversa daquela que efetivamente os adquire.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

*Cadu Carrilho*

65. No que concerne ao nome empresarial, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Na sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada, somente os nomes destes poderão figurar na firma social, ficando solidária e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações contraídas sob a firma aqueles que, por seus nomes, nela figurarem.
- b) A sociedade limitada somente pode adotar denominação, na qual é vedado figurar o nome de sócios, por indicar responsabilidade pessoal.
- c) O nome empresarial pode ser objeto de alienação, desde que o contrato de trespasse do estabelecimento o preveja expressamente.
- d) A inscrição do empresário no registro próprio assegura o uso exclusivo do nome empresarial em todo o território nacional, independentemente de registro na forma de lei especial.
- e) O nome de sócio que vier a falecer pode ser conservado na firma social, desde que haja autorização expressa dos herdeiros e previsão no contrato social.

**66.** Determinada autoridade fazendária, no exercício da fiscalização do pagamento de impostos, requisitou o exame da escrituração de sociedade empresária, que se recusou a exhibir os livros, invocando o sigilo da escrituração. Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A recusa é legítima, pois nenhuma autoridade, juiz ou tribunal, sob qualquer pretexto, pode ordenar diligência para examinar a escrituração do empresário, ressalvada unicamente a hipótese de falência.
- b) O juiz poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração sempre que a medida se mostrar útil à instrução de qualquer processo judicial, independentemente da matéria nele discutida.
- c) Recusada a apresentação dos livros nos casos em que cabível a exibição integral, é vedada a sua apreensão judicial, presumindo-se, de forma absoluta, verdadeiro o alegado pela parte contrária.
- d) O pequeno empresário a que se refere o art. 970 do Código Civil, embora dispensado de seguir sistema de contabilidade, permanece obrigado a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
- e) As restrições legais ao exame da escrituração, em parte ou por inteiro, não se aplicam às autoridades fazendárias, no exercício da fiscalização do pagamento de impostos, nos termos estritos das respectivas leis especiais.

**67.** À luz das disposições do Código Civil sobre a sociedade cooperativa, assinale a alternativa correta.

- a) É característica da sociedade cooperativa a exigência de capital social mínimo, dividido em quotas livremente transferíveis a terceiros estranhos à sociedade, inclusive por herança.
- b) O quórum para a assembleia geral funcionar e deliberar funda-se no capital social representado na reunião, cabendo a cada sócio tantos votos quantas forem as suas quotas.
- c) A responsabilidade dos sócios é sempre limitada ao valor de suas quotas, sendo vedada a estipulação de responsabilidade ilimitada.
- d) É característica da sociedade cooperativa a distribuição dos resultados proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado.
- e) O fundo de reserva é partilhado entre os sócios em caso de dissolução da sociedade, proporcionalmente à participação de cada um nas operações sociais.

**68.** A sociedade empresária Gama Ltda. obteve o deferimento do processamento de sua recuperação judicial. Entre os credores figuram um banco, titular da posição de proprietário fiduciário de máquina industrial essencial à atividade da devedora, e fornecedores titulares de créditos constituídos antes do pedido, ainda não vencidos. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos dos fornecedores não se sujeitam à recuperação judicial, uma vez que somente os créditos vencidos na data do pedido são por ela alcançados.
- b) O crédito do proprietário fiduciário submete-se aos efeitos da recuperação judicial, convertendo-se em crédito quirografário, por ser o bem essencial à atividade empresarial da devedora.
- c) O crédito do proprietário fiduciário não se submete aos efeitos da recuperação judicial, prevalecendo os direitos de propriedade sobre a coisa, mas não se permite, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º da Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.
- d) Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, os credores perdem seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.
- e) As obrigações anteriores à recuperação judicial observarão sempre as condições originalmente contratadas, inclusive quanto aos encargos, vedado ao plano de recuperação dispor de modo diverso.

**69.** Decretada a falência da sociedade empresária Delta S.A., foram habilitados, entre outros, crédito derivado da legislação trabalhista no valor de 200 salários-mínimos, crédito gravado com direito real de garantia em valor superior ao do bem gravado, multas tributárias e crédito dotado de privilégio especial previsto em lei civil. Considerada a classificação dos créditos na falência, nos termos

da Lei nº 11.101/2005, com as alterações da Lei nº 14.112/2020, assinale a alternativa correta.

- a) O crédito trabalhista será pago integralmente na primeira classe, pois a Lei nº 14.112/2020 suprimiu o limite de 150 salários-mínimos por credor.
- b) O crédito dotado de privilégio especial previsto em lei civil integrará a classe dos créditos quirografários.
- c) O saldo do crédito gravado com direito real de garantia não coberto pelo produto da alienação do bem será classificado como crédito com privilégio geral.
- d) As multas tributárias classificam-se juntamente com os demais créditos tributários, preferindo aos créditos quirografários.
- e) Os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício são classificados como subordinados, independentemente das condições de sua contratação.

**70.** No que se refere à recuperação extrajudicial, disciplinada pela Lei nº 11.101/2005, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.112/2020, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos de natureza tributária sujeitam-se à recuperação extrajudicial, desde que incluídos no plano com a anuência expressa da Fazenda Pública.
- b) A homologação do plano de recuperação extrajudicial que obriga todos os credores por ele abrangidos exige a assinatura de credores que representem mais de 3/5 (três quintos) dos créditos de cada espécie.
- c) É lícito ao devedor requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial ainda que esteja pendente pedido de recuperação judicial por ele formulado.
- d) Distribuído o pedido de homologação, os credores poderão desistir livremente da adesão ao plano até a prolação da sentença homologatória.
- e) A sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho à recuperação extrajudicial exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional.

**71.** Determinada sociedade limitada, devidamente registrada na Junta Comercial, auferiu, no ano-calendário, receita bruta de R\$ 300.000,00 e pretende beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Nos termos dessa lei complementar, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade enquadra-se como empresa de pequeno porte, pois auferiu receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
- b) A sociedade não poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado se de seu capital participar outra pessoa jurídica.
- c) A sociedade poderia beneficiar-se do tratamento diferenciado ainda que constituída sob a forma de cooperativa de crédito, pois a vedação legal alcança apenas as cooperativas de consumo.
- d) Caso a sociedade, enquadrada como empresa de pequeno porte, exceda o limite legal de receita bruta anual em percentual não superior a 20%, será excluída do regime no mês subsequente à ocorrência do excesso.
- e) O desenquadramento da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte implicará a denúncia dos contratos anteriormente firmados pela sociedade.

**72.** Em pregão promovido por determinado Município, cuja melhor proposta foi apresentada por empresa não beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, uma microempresa ofertou proposta 4% superior à melhor classificada e, declarada vencedora ao final do certame, apresentou restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, assinale a alternativa correta.

- a) Configurou-se o empate ficto, hipótese em que a microempresa mais bem classificada pôde apresentar proposta de preço inferior à considerada vencedora, adjudicando-se em seu favor o objeto licitado, e, quanto à restrição verificada, é assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação.
- b) Não houve empate ficto, pois, na modalidade pregão, somente se consideram empatadas as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada.
- c) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deveria ter ocorrido no momento da habilitação, de modo que a restrição verificada implica a imediata inabilitação da microempresa.
- d) A administração pública poderá, facultativamente, realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.
- e) A não regularização da documentação no prazo legal implicará a nulidade do certame, vedada a convocação dos licitantes remanescentes.

**DIREITO FINANCEIRO***Gabriela Zavadinack*

**73.** O Direito Financeiro, enquanto ramo do direito público, disciplina a atividade financeira do Estado. Sobre o conceito e objeto dessa disciplina, assinale a alternativa correta.

- a) O Direito Financeiro tem por objeto exclusivo a disciplina da receita tributária, cabendo ao Direito Tributário regular a despesa pública e o orçamento.
- b) A atividade financeira do Estado compreende a obtenção, a gestão e o dispêndio de recursos públicos necessários à consecução de suas finalidades, sendo o Direito Financeiro o ramo do direito público que disciplina juridicamente essa atividade, incluindo receita, despesa, orçamento e crédito público.
- c) O Direito Financeiro é ramo do direito privado, uma vez que disciplina relações patrimoniais entre o Estado e os particulares, aplicando-se subsidiariamente as normas do Código Civil.
- d) A atividade financeira do Estado, para fins de Direito Financeiro, limita-se à execução orçamentária da despesa, não abrangendo a etapa de previsão e arrecadação da receita pública.
- e) O crédito público não integra o objeto do Direito Financeiro, sendo matéria afeta exclusivamente ao Direito Civil, por decorrer de relações contratuais de mútuo.

**74.** A respeito das fontes do Direito Financeiro e das disposições constitucionais aplicáveis, é correto afirmar:

- a) A Lei nº 4.320/1964, formalmente lei ordinária, foi recepcionada pela Constituição de 1988 com natureza de lei complementar, subsistindo válida até a edição da lei complementar prevista no art. 165, §9º, da Constituição Federal.
- b) As normas gerais de direito financeiro relativas a orçamento, dívida pública e concessão de garantias pelas entidades públicas devem ser veiculadas

exclusivamente por lei ordinária federal, sendo vedada sua disciplina por lei complementar.

- c) O Capítulo da Constituição Federal que trata das finanças públicas não se aplica aos Estados e Municípios, sendo restrito à União.
- d) A Lei de Responsabilidade Fiscal substituiu a Lei nº 4.320/1964, a qual foi revogada.
- e) As normas gerais de direito financeiro somente podem ser estabelecidas por emenda constitucional, sendo vedada a atuação do legislador complementar na matéria.

**75.** Quanto à classificação da receita pública prevista na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) O superávit do Orçamento Corrente é classificado como receita corrente, mas não constituirá item de receita orçamentária.
- b) A receita tributária integra a categoria das receitas de capital, uma vez que decorre do exercício do poder de império do Estado.
- c) As receitas correntes compreendem exclusivamente as receitas tributárias, não abrangendo receitas patrimoniais, agropecuárias, industriais ou de serviços.
- d) Receita extraorçamentária é aquela que ingressa nos cofres públicos para atender a despesas previstas no orçamento, integrando-se ao patrimônio do ente desde o momento de sua arrecadação.
- e) Receitas correntes e receitas de capital são categorias econômicas da receita orçamentária, sendo as receitas de capital aquelas provenientes da realização de operações de crédito, da alienação de bens e do recebimento de amortização de empréstimos concedidos.

**76.** Sobre os estágios da despesa pública e o instituto do empenho, nos termos da Lei nº 4.320/64, é correto afirmar:

- a) A nota de empenho é documento de natureza exclusivamente contábil, desprovido de efeitos jurídicos em relação ao credor, que somente adquire direito ao recebimento do valor no momento do pagamento.
- b) A liquidação da despesa antecede o empenho, consistindo na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- c) O pagamento é o ato que precede a liquidação, consistindo na emissão do documento hábil que atesta a entrega do bem ou a prestação do serviço.
- d) O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, sendo vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- e) Para despesas cujo montante não se possa determinar, será realizado empenho global.

**77.** A respeito do instituto dos restos a pagar, disciplinado pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar:

- a) A Lei de Responsabilidade Fiscal veda, em qualquer hipótese, a inscrição de restos a pagar no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.
- b) A inscrição em restos a pagar independe de disponibilidade financeira, podendo o ordenador de despesa inscrever livremente valores empenhados ainda que inexistente lastro de caixa correspondente.
- c) Os restos a pagar processados, por não terem sido objeto de liquidação, sujeitam-se a cancelamento automático ao final do exercício, independentemente de exame de sua regularidade.
- d) Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

e) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não liquidadas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

**78.** Quanto ao regime constitucional dos precatórios judiciais, previsto no art. 100 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, sem distinção quanto à natureza do crédito.
- b) Os débitos de natureza alimentícia compreendem, entre outros, os decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e indenizações por morte ou invalidez, e serão pagos com preferência sobre os demais débitos, ressalvados os créditos de titulares idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, que gozam de preferência especial até o valor equivalente ao triplo do fixado para as requisições de pequeno valor.
- c) As requisições de pequeno valor (RPV) submetem-se ao mesmo regime cronológico dos precatórios comuns, não havendo diferença procedimental entre ambos.
- d) A atualização monetária dos valores dos precatórios será realizada no momento da inclusão do precatório no orçamento.
- e) Os precatórios de natureza alimentícia estão dispensados de submissão ao regime constitucional de precatórios, devendo ser pagos integralmente por Requisição de Pequeno Valor, independentemente do valor do crédito.

**79.** Em determinado exercício financeiro, a Lei Orçamentária Anual de um Estado-membro autorizou a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo, mediante decreto, até o limite de 20% (vinte por cento) do total das despesas fixadas na própria lei orçamentária. No mês de outubro, verificando que a arrecadação do ICMS havia superado a previsão orçamentária, considerada a tendência do exercício, o Governador editou decreto abrindo crédito suplementar de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em favor da Secretaria de Estado da Saúde, para reforço de dotação orçamentária já existente, indicando como fonte de recursos o excesso de arrecadação apurado. À luz da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) O crédito aberto é irregular, pois a Constituição Federal veda, em qualquer hipótese, que a lei orçamentária anual contenha autorização para a abertura de créditos suplementares, exigindo-se lei específica para cada crédito.
- b) O crédito é formalmente regular, pois a autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares pode constar da própria lei orçamentária anual, dentro de limite nela fixado, e o excesso de arrecadação, apurado segundo a tendência do exercício, constitui fonte de recursos idônea para essa finalidade, nos termos da Lei nº 4.320/1964.
- c) O crédito deveria ter sido classificado como crédito especial, e não suplementar, uma vez que se destina ao reforço de dotação de Secretaria diversa daquela que arrecadou o tributo gerador do excesso.
- d) A abertura do crédito é nula, pois créditos suplementares somente podem ser autorizados mediante lei específica editada após a verificação do excesso de arrecadação, sendo vedada qualquer autorização prévia contida na lei orçamentária.
- e) O ato correto para a abertura do crédito suplementar seria a edição de medida provisória, e não de decreto, por se tratar de despesa que

ultrapassa o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

**80.** Sobre os empréstimos públicos e as operações de crédito disciplinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) pode ser contratada em qualquer momento do exercício financeiro, inclusive no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, desde que liquidada até 10 de dezembro do respectivo exercício.
- b) As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não se sujeitam a qualquer limite temporal, podendo permanecer em aberto por mais de um exercício financeiro, desde que haja anuência do Banco Central.
- c) O montante das operações de crédito realizadas em um exercício financeiro pode superar o das despesas de capital previstas no orçamento, não havendo limitação legal nesse sentido.
- d) É permitida a realização de operação de crédito entre entes da Federação, ainda que por intermédio de suas entidades da administração indireta, tratando-se de exercício regular da autonomia federativa.
- e) A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, somente podendo ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício, devendo ser liquidada, com juros e demais encargos, até o dia dez de dezembro de cada ano, sendo vedada sua contratação no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.

## Estudo de Caso 1

Em decorrência de chuvas torrenciais ocorridas no início de 2024, o Prefeito do Município de Beta decretou estado de calamidade pública e contratou emergencialmente, via dispensa de licitação, a Construtora Alfa para obras de contenção de encostas pelo prazo de doze meses. Em janeiro de 2025, com o encerramento do contrato, o Prefeito formalizou nova dispensa de licitação para recontratar a mesma Construtora Alfa por mais seis meses, sob a alegação de que os efeitos daquela mesma situação calamitosa ainda persistiam. Em paralelo, para a defesa do Município em uma ação judicial de alta complexidade envolvendo repasses orçamentários com a União, o gestor contratou diretamente, por inexigibilidade de licitação, o escritório do Dr. Melo, profissional de notória especialização nacional, desprezando parecer do órgão jurídico local que atestava a plena capacidade da Procuradoria Municipal efetiva para o patrocínio da causa. Diante desses fatos, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo expediu medida cautelar para suspender os pagamentos da recontratação emergencial e assinou prazo para a manifestação do gestor público.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Avalie a legalidade da recontratação da Construtora Alfa por dispensa de licitação, à luz das vedações da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal.
2. Analise a viabilidade jurídica da contratação direta do escritório advocatício por inexigibilidade de licitação, considerando as exigências legais e os requisitos cumulativos estabelecidos no tema de repercussão geral do Poder Judiciário.
3. Explícite os prazos e procedimentos operacionais aplicáveis à medida cautelar proferida pela Corte de Contas, identificando a posição e a função do controle externo no modelo de governança baseado em linhas de defesa.

**Folha de Resposta**

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

## Estudo de Caso 2

No âmbito do Município de Serra Dourada, localizado no Estado de São Paulo, o Chefe do Poder Executivo, no mês de setembro de 2025 (a exatos 120 dias do encerramento do seu mandato eletivo), editou ato administrativo promovendo a reestruturação da carreira dos fiscais de tributos municipais. O referido ato concedeu reajuste de vencimentos e previu o pagamento de parcelas remuneratórias de forma escalonada, divididas em três etapas: a primeira com implementação imediata no exercício de 2025, a segunda para maio de 2026 e a terceira para novembro de 2026. Na mesma data, o Prefeito assinou o ato de nomeação de vinte candidatos aprovados em concurso público anteriormente homologado para o cargo de auditor fiscal.

Paralelamente, o Município mantém repasses financeiros mensais para a Urbes - Empresa de Desenvolvimento Urbano, uma sociedade de economia mista sob controle acionário municipal. Constatou-se que a Urbes recebe tais recursos financeiros do seu ente controlador única e exclusivamente para a realização de despesas de capital destinadas a obras de infraestrutura e pavimentação urbana, sem que haja qualquer aporte relativo a despesas de pessoal ou de custeio em geral, e sem derivar de aumento de participação acionária. O órgão de controle interno questionou se os empregados da Urbes estariam submetidos ao teto remuneratório constitucional do Prefeito e se a estatal deveria integrar os orçamentos fiscal e da seguridade social como empresa estatal dependente.

Ademais, ao final do terceiro bimestre de 2025, a fiscalização da execução orçamentária indicou que a arrecadação de receitas estava abaixo da meta fixada, o que poderia comprometer o atingimento das metas de resultado primário. Transcorrido o prazo de trinta dias sem que a Câmara Municipal promovesse por ato próprio o contingenciamento de suas dotações, o Prefeito Municipal editou decreto limitando unilateralmente os empenhos e a movimentação financeira do Poder Legislativo local.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Avalie a validade jurídica dos atos de reestruturação de carreira e de nomeação dos aprovados em concurso público praticados pelo Prefeito Municipal, considerando o período de edição e o cronograma dos efeitos financeiros.
2. Analise se a Urbes se enquadra na definição legal de empresa estatal dependente perante a Lei de Responsabilidade Fiscal e se seus empregados estão sujeitos ao teto remuneratório constitucional.
3. Discorra sobre a constitucionalidade do decreto do Poder Executivo que impôs a limitação de empenho e movimentação financeira sobre o Poder Legislativo Municipal.

**Folha de Resposta**

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---